



AGROEXTRATIVISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ESTADO DO AMAZONAS: SUSTENTABILIDADE, GERAÇÃO DE RENDA E VALORIZAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS

*Community-based agroextractivism in the state of amazonas: sustainability,
income generation and traditional knowledge*

Leide Silva de Castro¹

Edileuza Lobato da Cunha²

RESUMO

Este artigo analisa como a literatura científica interpreta as possibilidades e os limites do agroextrativismo de base comunitária no Amazonas. Desenvolveu-se uma revisão bibliográfica narrativa, complementada por documentos normativos e estatísticas públicas, com leitura comparativa de pesquisas sobre cooperativismo, trabalho feminino, organização familiar, manejo, conflitos territoriais e condições de gestão financeira e operacional. A gestão de riscos é examinada como dimensão analítica, sem atribuir às associações práticas não documentadas. A análise distingue evidências produzidas no Amazonas de estudos realizados em outras áreas da Amazônia e diferencia volume de produção, remuneração dos produtores e efeitos ambientais. Os estudos indicam que a renda agroextrativista depende de condições de circulação e negociação, enquanto a organização coletiva enfrenta entraves institucionais e desigualdades internas, inclusive de gênero. Também mostram que a expansão comercial de espécies nativas pode coexistir com perda de diversidade produtiva e que mudanças ambientais e pressões territoriais afetam os meios de vida dos ribeirinhos. Conclui-se que a sustentabilidade comunitária não pode ser inferida da origem florestal dos produtos: exige observar quem trabalha, quem decide, quem recebe e em que condições o recurso é manejado. Como contribuição, a revisão organiza perguntas para orientar investigações futuras sobre a distribuição dos benefícios e o acompanhamento de custos, perdas e decisões coletivas.

Palavras-chave: Agroextrativismo. Amazonas. Comunidades tradicionais. Sociobiodiversidade. Sustentabilidade.

¹ Pós-graduanda em MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria. Secretária Executiva de Gestão Integrada Municipal, no município de Manicoré, Amazonas E-mail lsdc.gfc25@uea.edu.br. <https://orcid.org/0009-0000-8700-6808>

² Pós Doutoranda em Sociologia (Universidade Federal do Amazonas-UFAM), Doutora em Turismo e hotelaria (Univali) Coordenadora do MBA em ESG e Sustentabilidade da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail elobato@uea.edu.br Orcid <https://orcid.org/0000-0002-8336-0305>



ABSTRACT

This article examines how scientific literature interprets the opportunities and constraints of community-based agroextractivism in the Brazilian state of Amazonas. A narrative literature review was conducted alongside an examination of legal documents and official statistics. Studies addressing cooperatives, women's work, family production, forest management, territorial conflicts and financial and operational management conditions were compared, distinguishing evidence from Amazonas from findings obtained elsewhere in the Amazon. Risk management is treated as an analytical dimension, without presuming undocumented practices within associations. The analysis separates production volumes from producers' income and environmental outcomes. The literature suggests that agroextractive earnings depend on transportation and bargaining conditions; collective organizations face institutional barriers and internal inequalities, including gender-based ones. It also indicates that commercial expansion of native species may coincide with productive simplification, while environmental change and territorial pressures affect riverine livelihoods. Community sustainability therefore cannot be inferred from the forest origin of a product alone. The review proposes four questions for research and policy assessment: who performs the work, who makes decisions, who receives the benefits and under which conditions natural resources are managed.

Keywords: Agroextractivism. Amazonas. Traditional communities. Sociobiodiversity. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

No estado do Amazonas, muitas comunidades de zonas rurais e ribeirinhas combinam diferentes atividades para garantir a alimentação e a renda de suas famílias. Além do cultivo de alimentos e da pesca, a coleta de produtos florestais, como a castanha-da-amazônia e o açaí, integra seus meios de vida. A articulação entre práticas agrícolas e extrativistas é uma das características do agroextrativismo na região. Essas atividades também envolvem conhecimentos sobre os ciclos da floresta, as épocas de coleta e o uso dos recursos naturais, transmitidos e adaptados ao longo das gerações.

A questão econômica começa antes da venda. O deslocamento até a área de coleta, o transporte da produção, as perdas no armazenamento e o poder de negociação interferem no retorno do trabalho. Por isso, a importância de uma cadeia produtiva para a economia do Amazonas não equivale necessariamente à sua capacidade de sustentar a renda de cada família extrativista. Em



termos de gestão, essas situações podem ser examinadas como exposições a riscos financeiros, quando afetam receitas, custos ou disponibilidade de recursos, e operacionais, quando dificultam a coleta, o armazenamento ou a circulação dos produtos. Essa classificação é utilizada como ferramenta de análise, não como diagnóstico de associações específicas.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040/2007, reconhece a importância dos territórios e dos recursos naturais para a reprodução cultural, social e econômica desses grupos (BRASIL, 2007). Essa perspectiva permite analisar o agroextrativismo em sua dimensão territorial, sem restringi-lo a uma cadeia de mercadorias.

A pergunta que orienta o artigo é: em quais condições o agroextrativismo de base comunitária pode favorecer a reprodução econômica e sociocultural das comunidades do Amazonas sem comprometer os recursos dos quais depende? O objetivo geral é analisar criticamente a literatura selecionada sobre as relações entre agroextrativismo comunitário, sustentabilidade, geração de renda e saberes tradicionais no Amazonas, identificando, como dimensão complementar, fontes potenciais de riscos financeiros e operacionais discutidas ou inferidas a partir dessas pesquisas. Os resultados de estudos de caso não são extrapolados ao conjunto do estado. A análise dos riscos não pressupõe controles gerenciais formalizados nas organizações examinadas pelas fontes.

O argumento central é que a designação “comunitário” não descreve, por si só, a distribuição do poder ou dos benefícios. Para compreender seus efeitos, é preciso examinar as condições de acesso ao território, as relações de trabalho e gênero, os custos de circulação e as decisões sobre o manejo. Essa leitura articula contribuições que costumam aparecer separadas na literatura.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Agroextrativismo, território e sustentabilidade

O termo agroextrativismo designa a articulação entre cultivos e aproveitamento de recursos nativos em estratégias familiares ou coletivas. Não se trata de uma categoria produtiva uniforme. Há diferenças entre coleta sazonal, manejo de populações naturais, cultivo e processamento; reuni-los sem distinção pode esconder custos, riscos e formas de trabalho específicas.

A associação imediata entre produto florestal e sustentabilidade merece cautela. Mesmo quando a cobertura vegetal é mantida, a retirada de frutos e sementes pode produzir efeitos distintos



conforme intensidade, regeneração e condições de manejo. A avaliação ambiental exige indicadores que não estão contidos nos registros de comercialização.

No Amazonas, as condições de deslocamento influenciam tanto o custo econômico quanto o tempo de trabalho. Uma cadeia produtiva territorialmente sustentável precisa considerar infraestrutura e governança, além de disponibilidade biológica dos recursos.

2.2 Organização comunitária e distribuição de benefícios

A existência de uma associação ou cooperativa é um indicador insuficiente de governança comunitária.

Josa (2016), ao examinar o cooperativismo agroextrativista no Amazonas, identifica obstáculos legais, burocráticos e conjunturais à formalização e à atuação das organizações. Seu estudo desloca o problema da suposta falta de iniciativa local para as condições institucionais em que os produtores precisam operar. A análise exige, contudo, atualização das normas e dos procedimentos administrativos descritos em 2016 antes de qualquer recomendação jurídica atual.

Organização coletiva e distribuição justa dos ganhos não são sinônimos. Uma cooperativa pode melhorar a escala de venda, mas ainda conviver com diferenças de acesso à informação, representação e remuneração. A pesquisa de Lima et al. (2024), realizada no Médio Juruá, amplia essa questão ao mostrar que a participação das mulheres nas cadeias da sociobiodiversidade deve ser analisada junto com o trabalho doméstico e de cuidados, frequentemente desvalorizado. Assim, a avaliação de iniciativas comunitárias precisa considerar tanto os resultados comerciais quanto quem assume os custos cotidianos de sustentação da produção.

A publicação técnica de Silva et al. (2018b), sobre coletores de castanha em Tefé, aproxima aspectos socioeconômicos das práticas de manejo e comercialização. Seu valor para esta revisão está em mostrar a complexidade do trabalho extrativista em um território concreto; seu limite é não representar automaticamente as demais regiões do Amazonas.

2.3 Saberes tradicionais e manejo

Os saberes locais não se reduzem a técnicas de extração. Incluem escolhas sobre épocas de coleta, deslocamentos, combinações entre atividades e usos familiares dos produtos. Porro (2013) argumenta que a pesquisa tecnológica destinada a agricultores e agroextrativistas precisa ser construída com os sujeitos envolvidos, e não simplesmente transferida a eles. Como se trata de uma



contribuição a workshop, seu texto é utilizado aqui como reflexão conceitual, e não como demonstração empírica de efeitos de determinada tecnologia.

Essa discussão ganha densidade quando comparada a Carvalho e Silva (2015). Em estudo realizado no Marajó, no Pará, os autores identificaram tensão entre a diversificação da produção familiar e intervenções voltadas à especialização em açaí. O resultado não pode ser transferido automaticamente para o Amazonas, mas formula uma pergunta pertinente ao estado: até que ponto políticas de incremento da produtividade preservam a autonomia das famílias para combinar diferentes atividades e atender ao autoconsumo?

Na cadeia da castanha, a qualidade pós-coleta influencia as possibilidades comerciais e exige atenção a condições de umidade, seleção e armazenamento. Assim, o manejo sustentável possui dimensão ecológica e também sanitária e econômica (WADT et al., 2023).

2.4 Cadeias produtivas e desafios territoriais

As condições de comercialização não são externas à produção: elas influenciam o que vale a pena coletar, quando vender e como dividir o trabalho. Josa (2016) descreve entraves enfrentados pelo cooperativismo amazonense; Silva et al. (2018b), ao examinarem coletores de castanha em Tefé, aproximam manejo e realidade socioeconômica. Lidos em conjunto, esses estudos sugerem que agregar valor ao produto sem alterar assimetrias de negociação pode produzir ganhos menores do que os anunciados por projetos de desenvolvimento.

Também é necessário perguntar se o beneficiamento local é viável em cada contexto. Equipamentos exigem energia, manutenção, escala de produção, controle sanitário e acesso a compradores. A defesa abstrata de agroindústrias comunitárias pode ocultar esses custos. A literatura consultada permite apontar tais condições como questões de planejamento, mas não estimar a rentabilidade de um empreendimento específico sem dados adicionais.

A análise de cadeias produtivas também precisa distinguir produção extrativa e produção agrícola. O açaí, por exemplo, aparece em levantamentos oficiais de extração vegetal e de lavouras, cujos universos não devem ser somados ou confundidos sem explicação metodológica.

2.5 Riscos financeiros e operacionais e continuidade das atividades comunitárias

Para compreender a geração de renda, é útil distinguir o resultado da comercialização das condições necessárias para alcançá-lo. Custos de deslocamento, variações de preços e intervalos



entre a coleta e o recebimento podem comprometer a disponibilidade de recursos ao longo do ano. Neste artigo, esses fatores são tratados como fontes potenciais de risco financeiro, e não como perdas mensuradas nas associações do Amazonas. A delimitação dos riscos constitui uma interpretação analítica das fontes examinadas e não corresponde à mensuração de perdas ou à avaliação dos controles internos de organizações específicas.

Os riscos operacionais dizem respeito às dificuldades que podem interromper ou reduzir a capacidade de realizar as atividades planejadas. No agroextrativismo, o transporte fluvial, a conservação dos produtos, a disponibilidade de equipamentos e as condições climáticas merecem atenção. Uma perda durante o armazenamento, por exemplo, começa como problema operacional, mas pode diminuir a receita obtida na venda. Essa relação mostra por que as dimensões financeira e operacional devem ser examinadas conjuntamente, sem confundi-las.

A literatura territorial e organizacional ajuda a situar essas categorias. Josa (2016) descreve obstáculos institucionais ao cooperativismo agroextrativista no Amazonas, enquanto Araújo (2024) documenta pressões sobre comunidades ribeirinhas nos vales do Madeira e Purus. Esses estudos não constituem avaliações de risco em sentido contábil ou gerencial; oferecem, porém, evidências sobre condições que podem afetar a continuidade das atividades coletivas. A distinção é importante para não transformar dificuldades relatadas pelos autores em diagnósticos financeiros que eles não produziram.

A análise também requer cuidado com a forma organizacional. Associações e cooperativas possuem enquadramentos jurídicos distintos; assim, resultados relativos ao cooperativismo não devem ser automaticamente generalizados às associações comunitárias. Em ambas, contudo, é pertinente investigar a participação dos membros nas decisões, o registro de custos e receitas e as condições de negociação comercial, desde que haja fontes capazes de sustentar tais avaliações.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

O estudo consiste em revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa, acompanhada de exame documental. A revisão narrativa permite articular resultados de estudos com métodos e recortes territoriais diferentes, sem a pretensão de esgotar a produção acadêmica. Por esse motivo, o trabalho não se caracteriza como revisão sistemática nem como mapeamento



exaustivo do estado da arte. Não foram realizadas entrevistas, observações de campo ou aplicação de questionários pelos autores deste manuscrito.

3.2 Fontes e delimitação

O núcleo inicial de leitura reúne seis trabalhos selecionados para esta revisão, dos quais três apresentam pesquisas diretamente situadas no Amazonas: Araújo (2024), sobre os vales do Madeira e Purus; Josa (2016), sobre cooperativismo agroextrativista no estado; e Lima et al. (2024), sobre trabalho feminino no Médio Juruá. Carvalho e Silva (2015) e Elineuza Silva e colaboradores (2018), sobre ciclos agroextrativistas, são utilizados para comparação regional, enquanto Porro (2013) oferece reflexão sobre desenvolvimento tecnológico. Complementam esse conjunto estudo sobre coletores de castanha em Tefé (SILVA et al., 2018b), publicações técnicas da Embrapa, o Decreto nº 6.040/2007 e indicadores oficiais do IBGE. O levantamento não foi sistemático nem exaustivo.

Foram incluídos materiais com autoria e procedência identificáveis, pertinência direta ao problema e contribuição para pelo menos uma dimensão de análise. Estudos de caso, artigo teórico, resumo expandido de congresso e texto de workshop foram classificados segundo sua natureza, sem equiparar o alcance de suas evidências. Não foi realizado protocolo de busca com descritores, bases, período de cobertura e fluxograma de seleção; consequentemente, as conclusões se restringem ao conjunto consultado.

3.3 Procedimentos de análise

O material foi interpretado por comparação temática em seis eixos: (i) composição dos meios de vida e diversificação produtiva; (ii) organização coletiva e obstáculos institucionais; (iii) divisão social e de gênero do trabalho; (iv) território, mudanças ambientais e manejo; (v) limites dos indicadores de produção para avaliar bem-estar e conservação; e (vi) fontes potenciais de riscos financeiros e operacionais e possibilidades de acompanhamento comunitário. As afirmações foram relacionadas à origem geográfica e ao desenho de cada pesquisa.

As inferências foram limitadas ao alcance de cada fonte. Estatísticas estaduais agregadas não identificam a fração produzida por organizações comunitárias, tampouco equivalem a renda líquida das famílias. Estudos localizados são usados como evidências contextuais, sem extrapolação automática.



3.4 Limitações

A revisão é seletiva e não pretende representar todas as publicações sobre o tema. Os trabalhos apresentam períodos, territórios e metodologias distintos; o estudo sobre mulheres, por exemplo, foi publicado como resumo expandido, e o de Porro (2013) corresponde a contribuição de workshop. A pesquisa não produz dados primários e não estima causalidade entre agroextrativismo, renda e conservação.

Essas limitações orientam a interpretação dos resultados. A literatura selecionada não fornece demonstrações contábeis ou registros operacionais comparáveis das associações; por isso, não é possível mensurar probabilidades de perdas, avaliar controles internos efetivamente adotados nem classificar o grau de risco de organizações determinadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Evidências quantitativas: a castanha-da-amazônia

Os indicadores da Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) informam que o Amazonas produziu 9.431 toneladas de castanha-do-pará em 2025, diante de 26.343 toneladas registradas no país. A participação estadual foi, portanto, de aproximadamente 35,8% em quantidade. O valor bruto informado para o Amazonas foi de R\$ 40,882 milhões, enquanto o total nacional chegou a R\$ 209,624 milhões (IBGE, 2025b; 2025c). O contraste entre as participações em quantidade e valor exige investigação adicional; os agregados não permitem concluir, isoladamente, que produtores amazonenses receberam preços inferiores.

O valor da produção é um indicador territorial agregado. Não informa custos de coleta, despesas de transporte, participação de intermediários nem renda líquida. Também não identifica que parcela do volume foi comercializada por associações ou cooperativas. Usá-lo como sinônimo de benefício comunitário produziria uma conclusão que a fonte não sustenta.

Na série disponibilizada pelo IBGE, o valor da castanha extraída no Amazonas foi de R\$ 38,549 milhões em 2021, R\$ 46,456 milhões em 2022, R\$ 43,616 milhões em 2023, R\$ 45,475 milhões em 2024 e R\$ 40,882 milhões em 2025. Os valores são nominais e não foram corrigidos pela inflação. Sua oscilação não pode ser atribuída a um único fator sem informações adicionais sobre preços, volumes e condições de comercialização.



4.2 O açaí e a distinção entre extrativismo e cultivo

O açaí integra as atividades produtivas da Amazônia e pode contribuir para a geração de renda das famílias das zonas rurais e extrativistas. Entretanto, sua análise exige distinguir a produção obtida pela extração vegetal daquela proveniente do cultivo agrícola. Embora ambas possam participar das estratégias econômicas das comunidades, são registradas em levantamentos estatísticos diferentes: a Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) e a Produção Agrícola Municipal (PAM), respectivamente, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a publicação Florestas do Brasil: dados e estatísticas 2024, do Serviço Florestal Brasileiro, a extração de frutos de açaí no Brasil alcançou 238.891 toneladas em 2023. O quantitativo consta na Tabela 18 da publicação, que reúne informações sobre produtos florestais não madeireiros extraídos de espécies nativas. Esse resultado demonstra a importância do açaí na produção extrativa nacional, mas não representa exclusivamente a produção do Amazonas (BRASIL, 2024, p.156).

No estado do Amazonas, os dados da Produção Agrícola Municipal indicam que, em 2025, o cultivo de açaí alcançou 96.175 toneladas, em uma área colhida de 8.733 hectares, correspondendo ao valor bruto de produção de R\$ 250,027 milhões (IBGE, 2025a). Esses números evidenciam a participação do cultivo agrícola na economia estadual, mas não permitem identificar quanto desse valor foi efetivamente recebido pelas famílias produtoras ou comercializado por organizações comunitárias. Além disso, os resultados da PAM não devem ser interpretados como indicadores exclusivos do extrativismo florestal.

A distinção entre essas modalidades é relevante para compreender os limites dos indicadores econômicos utilizados na avaliação do agroextrativismo de base comunitária. Os volumes de produção e os valores monetários agregados não demonstram, isoladamente, a distribuição da renda, os custos de transporte e comercialização ou as condições de manejo dos recursos naturais. Assim, a contribuição do açaí para a sustentabilidade das comunidades amazonenses deve ser analisada considerando não apenas seu desempenho produtivo, mas também a participação das famílias nas decisões, a apropriação dos benefícios econômicos e a conservação dos recursos utilizados.

4.3 Organização comunitária e apropriação do valor



O caso de Tefê discutido por Silva et al. (2018b) ajuda a observar como a cadeia da castanha articula coleta, manejo e comercialização. Já Josa (2016) mostra que a organização formal enfrenta obstáculos próprios no Amazonas. A aproximação entre os estudos evidencia um problema pouco resolvido por indicadores de produção: mesmo quando há mercadoria e compradores, não é possível deduzir quanto permanece com as famílias ou quanto custa alcançar o mercado.

A organização coletiva precisa ser avaliada pelo que modifica nas relações comerciais e na tomada de decisões, e não apenas por sua existência legal. O trabalho de Josa (2016) permite compreender por que procedimentos de formalização podem pesar de modo desproporcional sobre grupos geograficamente distantes. Seu diagnóstico, situado no período da pesquisa, serve como evidência histórica e analítica, não como descrição automática da legislação vigente em 2026.

4.4 Conservação, manejo e conhecimento

A literatura examinada problematiza a ideia de que a utilização de espécies nativas, por si só, assegure sustentabilidade. Carvalho e Silva (2015), em comunidade do Marajó, descrevem tensões entre sistemas familiares diversificados e incentivos à especialização em açaí. Silva et al. (2018a), em estudo sobre ciclos agroextrativistas com ênfase no estuário paraense, interpretam a simplificação dos agroecossistemas como risco ecológico e econômico. Essas análises, produzidas fora do Amazonas, não demonstram que o mesmo processo esteja ocorrendo em todos os seus municípios; oferecem, porém, um contraponto importante à associação direta entre valorização comercial e conservação.

A coletânea técnica organizada por Wadt et al. (2023) reúne discussões sobre pós-coleta e tecnologia de alimentos, indicando que qualidade e beneficiamento constituem etapas relevantes da cadeia. Bethonico et al. (2023), por sua vez, descrevem perfis e formas de uso territorial heterogêneos entre comunidades extrativistas de diferentes estados amazônicos, incluindo o Amazonas. Em conjunto, esses trabalhos desaconselham pressupor um padrão único de manejo ou organização econômica.

Porro (2013) propõe uma agenda de desenvolvimento tecnológico que parta das demandas dos agroextrativistas. Esse argumento permite problematizar intervenções padronizadas: tecnologias que elevam a produtividade de um item podem alterar o tempo destinado a outros cultivos, à pesca ou ao cuidado familiar. Uma política de manejo ambientalmente adequada precisa,



portanto, ser examinada também por seus efeitos sobre a autonomia e a organização do trabalho

4.5 Trabalho das mulheres e distribuição dos benefícios

O estudo de Lima et al. (2024), realizado em 22 comunidades do Médio Juruá, em Carauari, recorreu a 310 entrevistas com mulheres e homens para discutir a participação nas cadeias da sociobiodiversidade e a divisão do tempo de trabalho. Seus resultados destacam que a presença feminina nas etapas produtivas não elimina a sobrecarga de atividades domésticas e de cuidado. A pesquisa foi divulgada como resumo expandido de congresso, o que recomenda cautela quanto ao detalhamento metodológico disponível, sem diminuir a pertinência da questão investigada.

A contribuição desse estudo altera a pergunta sobre geração de renda. Não basta identificar o produto vendido ou a renda bruta da família; importa saber quem trabalha em cada etapa, quais atividades são remuneradas e quem controla os recursos recebidos. A ausência dessas informações em estatísticas agregadas pode fazer com que ganhos econômicos aparentes convivam com desigualdades pouco visíveis. A revisão, portanto, incorpora a divisão do trabalho como dimensão necessária da análise comunitária.

4.6 Território, clima e permanência das comunidades

Araújo (2024) analisa comunidades ribeirinhas nos vales do Madeira e Purus, no sul do Amazonas, com base em levantamento documental, entrevistas abertas e observação direta desenvolvidos entre 2023 e 2024. A pesquisa aborda a expansão do agronegócio e os efeitos de eventos climáticos sobre a vida comunitária. Esses resultados situados mostram que a discussão sobre cadeias produtivas não pode ser isolada das condições de permanência no território e da circulação fluvial.

A contribuição para esta revisão não está em generalizar os seis casos estudados por Araújo para todo o estado, mas em reconhecer um limite das interpretações exclusivamente mercadológicas. Mesmo quando existe demanda por um produto, restrições de mobilidade, mudanças nas condições ambientais e disputas pelo uso do território podem comprometer sua obtenção e comercialização. O fortalecimento agroextrativista depende, por isso, de políticas sensíveis às transformações socioambientais locais.

4.7 Riscos de gestão: uma leitura das evidências disponíveis



Os estudos revisados permitem reconhecer situações de exposição econômica e operacional, mas não fornecem indicadores suficientes para calcular o risco de associações específicas. Na dimensão financeira, a dependência das condições de comercialização, a necessidade de custear deslocamentos e a distância dos mercados podem afetar a margem efetivamente apropriada pelas famílias. A discussão de Josa (2016) sobre entraves à organização econômica e o estudo de Silva et al. (2018b) sobre a castanha em Tefé ajudam a contextualizar tais dificuldades, sem demonstrar, por si, a existência de falhas de controle financeiro.

Na dimensão operacional, a sazonalidade, as exigências de armazenamento e os deslocamentos fazem parte da organização da produção. As discussões técnicas reunidas por Wadt et al. (2023) indicam a relevância das condições pós-coleta para a qualidade da castanha. Araújo (2024), por sua vez, evidencia que pressões territoriais e eventos climáticos podem alterar as condições de permanência e trabalho das comunidades. As fontes descrevem problemas de naturezas diferentes; reuni-los sob a perspectiva dos riscos é uma interpretação desta revisão, não uma classificação feita originalmente por todos os autores.

Uma agenda de gestão compatível com organizações comunitárias poderia incluir registro simples dos custos por etapa, acompanhamento de perdas, planejamento das despesas entre safras e discussão coletiva das condições de venda. Essas possibilidades não são apresentadas como soluções testadas pela presente pesquisa. Sua pertinência depende de estudos posteriores, de informações sobre a organização concreta das associações e da participação dos próprios agroextrativistas na definição dos instrumentos de controle.

4.8 Implicações para políticas públicas

Os estudos indicam prioridades diferentes e complementares. Josa (2016) chama atenção para os obstáculos institucionais à organização econômica; Lima et al. (2024) expõem desigualdades na divisão do trabalho; Araújo (2024) evidencia pressões territoriais e ambientais no sul do Amazonas. Não se trata de escolher uma única solução — cooperativa, crédito, tecnologia ou conservação, mas de compreender quais obstáculos cada instrumento enfrenta e quais grupos podem permanecer excluídos de seus benefícios.

Os instrumentos de política devem respeitar os direitos territoriais reconhecidos pelo Decreto nº 6.040/2007 e incorporar avaliação de resultados para além do volume vendido. Indicadores de



custos, preços efetivamente recebidos, participação nas decisões e práticas de manejo podem oferecer leitura mais fiel dos benefícios comunitários.

A leitura conjunta permite propor quatro perguntas para a avaliação de políticas agroextrativistas: quem executa o trabalho, inclusive o não remunerado; quem participa das decisões; quem se apropria do valor gerado; e sob quais condições ecológicas e territoriais ocorre a produção. São perguntas analíticas formuladas por esta revisão, e não indicadores validados empiricamente. Seu mérito é evitar que o crescimento do valor comercial seja tratado como evidência suficiente de desenvolvimento comunitário.

Para a dimensão de gestão, a leitura sugere observar também se existem meios de registrar custos de transporte, perdas pós-coleta, prazos de recebimento e decisões coletivas sobre a aplicação de receitas; esses pontos são recomendações analíticas, e não práticas comprovadamente adotadas pelas associações pesquisadas.

A produção estadual agregada permite dimensionar cadeias, mas não descreve a vida econômica de uma comunidade. Os estudos localizados em Tefé, Carauari e nos vales do Madeira e Purus oferecem outra escala de observação, ainda que com recortes e métodos diferentes. Nenhum deles, isoladamente, autoriza generalizações para os 62 municípios do Amazonas. A aproximação entre essas escalas identifica uma lacuna de pesquisa: informações sistemáticas sobre custos, remuneração, participação nas decisões e impactos ambientais das cadeias comunitárias.

Josa (2016) evidencia obstáculos à organização econômica; Lima et al. (2024) chamam atenção para a divisão desigual do trabalho; Araújo (2024) descreve pressões sobre comunidades dos vales do Madeira e Purus. As contribuições de Carvalho e Silva (2015) e Silva et al. (2018a), produzidas em contextos paraenses, reforçam a necessidade de examinar criticamente a especialização produtiva, sem transpor seus resultados ao Amazonas. A leitura conjunta dessas fontes sustenta uma interpretação mais exigente da sustentabilidade.

A contribuição desta revisão está em reunir problemas usualmente separados: o entrave jurídico-administrativo, a invisibilidade do trabalho feminino, as pressões territoriais e o risco de especialização produtiva. A comparação sugere que projetos economicamente promissores podem produzir resultados socialmente desiguais ou ecologicamente frágeis. Essa é uma hipótese interpretativa para orientar investigações futuras, não uma conclusão causal demonstrada para o conjunto do estado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica indica que a avaliação do agroextrativismo de base comunitária no Amazonas não deve se restringir ao volume de produtos florestais comercializados. O exame de estudos sobre cooperativismo, castanha, trabalho feminino e comunidades ribeirinhas indica que a apropriação dos benefícios depende de relações institucionais, de gênero e territoriais, além de condições de transporte e manejo.

A pergunta central admite, assim, uma resposta condicionada: atividades agroextrativistas podem apoiar a reprodução econômica e cultural das comunidades quando a renda é apropriada de modo favorável, o trabalho é reconhecido, as decisões são participativas e o manejo respeita as condições ecológicas e territoriais. As fontes selecionadas não permitem aferir a ocorrência dessas condições no conjunto das organizações do estado.

As principais limitações são o caráter seletivo da revisão, a heterogeneidade dos estudos e a ausência de dados primários sobre renda líquida, custos e resultados ambientais. Pesquisas futuras poderiam combinar análise de cadeias com informações sobre tempo de trabalho, participação das mulheres, governança coletiva e mudanças territoriais. A atualização dos entraves jurídicos apontados em estudos anteriores também merece investigação própria. A discussão dos riscos não equivale a uma auditoria financeira ou operacional e não permite afirmar que determinada associação tenha controles insuficientes.

A contribuição do artigo é propor uma leitura que não confunda floresta em pé, mercadoria valorizada e justiça econômica. São dimensões que podem se reforçar, mas cuja articulação precisa ser demonstrada em cada território. Para políticas públicas, isso significa acompanhar não somente a quantidade produzida, mas também quem trabalha, quem decide e quem recebe os benefícios da atividade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Maciel de. Comunidades Ribeirinhas Amazônicas e a Expansão do Agronegócio:



ancestralidades e atualidade da condição camponesa nos vales do Madeira e Purus. OPSIS, Goiânia, v. 22, n. 2, 2024. DOI: 10.61470/o.v22i2.74792. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/74792>. Acesso em: 15 out. 2026.

BETHONICO, M. B. de M. et al. Análise situacional de comunidades extrativistas de castanha-da-amazônia. In: WADT, L. H. de O. et al. (ed.). Castanha-da-amazônia: estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor. Brasília, DF: Embrapa, 2023. cap. 10, p. 261-284. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1155442>. Acesso em: 15 out. 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 16 out. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Serviço Florestal Brasileiro. Florestas do Brasil: dados e estatísticas 2024. Brasília, DF: Serviço Florestal Brasileiro, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/florestal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/flobr_2024_v0-24___online.pdf. Acesso em: 17 out. 2026.

CARVALHO, João Paulo Leão; SILVA, Luís Mauro Santos. Famílias agroextrativistas amazônicas e ações de desenvolvimento rural sustentável. Extensão Rural, Santa Maria, v. 22, n. 4, out./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179615230>. Acesso em: 15 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção de açaí (cultivo) no Amazonas: indicadores da PAM. Rio de Janeiro: IBGE, 2025c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/acai-cultivo/am>. Acesso em: 16 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção de castanha-do-pará no Amazonas: dados da PEVS. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/castanha-do-para/am>. Acesso em: 16 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção de castanha-do-pará no Brasil: dados da PEVS. Rio de Janeiro: IBGE, 2025b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/castanha-do-para/br>. Acesso em: 16 out. 2026.

JOSA, Ignacio Oliete. Entraves legais e conjunturais para o avanço do cooperativismo agroextrativista no Estado do Amazonas. Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara, v. 13, n. 1, p. 167–179, 2016. DOI: <https://doi.org/10.26767/385>. Acesso em: 18 out. 2026.

LIMA, Rosângela Cunha et al. As mulheres agroextrativistas e as cadeias produtivas da sociobiodiversidade amazônica: um estudo de caso sobre o território Médio Juruá, Carauari – Amazonas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 12., 2023, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Agroecologia, 2024. Publicado em: Cadernos



de Agroecologia, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8470>. Acesso em: 15 out. 2026.

PORRO, Roberto. Reflexões sobre o desenvolvimento tecnológico no agroextrativismo familiar. Contribuição ao workshop Agricultura Familiar: Construindo uma Agenda com Visão de Futuro, Brasília, DF, 17-18 dez. 2013. Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/1024963/1350032/PORRO,R.+DesTec_Agroextrativismo.pdf/313f17fc-f876-411d-ab6d-44599f9506f2. Acesso em: 15 out. 2026.

SILVA, Elineuza et al. Agroecologia e ciclos agroextrativistas da Amazônia. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6; CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 10.; SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, 5., 2017, Brasília. Anais [...]. Brasília: Associação Brasileira de Agroecologia, 2018a. Publicado em: Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 1, 2018a. Acesso em: 15 out. 2026.

SILVA, L. de J. de S. et al. Extrativismo: reflexões a partir da realidade socioeconômica das comunidades coletoras de castanha-do-Brasil de Tefé, AM. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2018b. (Documentos, 141). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1103275>. Acesso em: 15 out. 2026.

WADT, L. H. de O.; MAROCCOLO, J. F.; GUEDES, M. C.; SILVA, K. E. da (ed.). Castanha-da-amazônia: estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor: pós-coleta e tecnologia de alimentos. Brasília, DF: Embrapa, 2023. v. 2, 113 p. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1155395>. Acesso em: 15 out. 2026.